

Combustíveis Troca de regras

# Governo quer mudar Lei das Estatais

— Com mexida na legislação criada na esteira da Lava Jato, Planalto busca interferir nos preços dos combustíveis; contrário à proposta, Guedes articula bolsa-caminhoneiro

ANDRÉ BORGES  
ADRIANA FERNANDES  
BRASILIA

A ala política do governo prepara uma medida provisória para alterar as regras da Lei das Estatais, criada em 2016 na esteira da Lava Jato para estabelecer uma série de compromissos e responsabilidades na atuação das empresas públicas. O alvo central da proposta é a Petrobras, sob pressão do presidente Jair Bolsonaro e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para mudar a fórmula de reajuste dos preços dos combustíveis (atrelada à variação do petróleo no exterior). Aliados do governo temem o impacto desses reajustes na campanha à reeleição de Bolsonaro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta derrubar a articulação. Como alternativa, ele conseguiu em reunião com ministros do Palácio do Planalto o sinal verde para uma bolsa-caminhoneiro e um aumento do vale-gás para a população de baixa renda.

Esse acerto, porém, não deve ter força para interferir na tentativa de mexer na Lei das Estatais. Ao *Estadão*, Lira afirmou que vai receber hoje dois textos que tratam do tema para serem avaliados pelos parlamentares. “Não tem nada a ver uma coisa (*bolsa-caminhoneiro*) com a outra (*Lei das Estatais*). Tem de ver como (*o texto*) vem. Amanhã (*hoje*), tem dois textos chegando sobre a Lei das Estatais, e eu vou logo dar publicidade para não ficarem criando versão. Mas nós não queremos mexer com indicação ou qualquer situação de cargo na Petrobras; muito pelo contrário”, disse Lira.

O pacote fechado por Guedes prevê um voucher (vale) de R\$ 400 mensais para os caminhoneiros. Para isso, seria necessário abrir uma exceção no teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

O valor para os gastos estaria limitado e definido em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O custo dessas medidas em estudo seria de R\$ 6 bilhões (R\$ 2 bilhões para o vale-gás e R\$ 4 bilhões para o bolsa-caminhoneiro), e valeria até 31 de dezembro.

**‘LÓGICA’.** A informação sobre a proposta de alterar a Lei das Estatais foi confirmada ao *Estadão* pelo líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR). “Vamos trabalhar com essa lógica de mudar a Lei das Estatais, por medida provisória”, disse Barros. “Obviamente, temos de ver o texto que é possível. Isso foi discutido e está sendo feito.”

Nos bastidores, Guedes tem criticado a iniciativa. O discurso na equipe econômica é de que a melhoria na governança das empresas estatais foi uma conquista que precisa ser preservada. A Economia recebeu alertas ao longo do dia de representantes do mercado financeiro sobre os

## Entenda a legislação

### ● Criação

A Lei das Estatais foi sancionada em junho de 2016 pelo então presidente Michel Temer. Quando aprovou o texto, o governo classificou a lei como um instrumento de caráter “altamente moralizador” das empresas públicas

### ● Nomeações

Uma das principais mudanças trazidas pela lei diz respeito a regras para nomeações de presidentes, diretores e conselheiros. Naquele momento, com a Petrobras mergulhada na crise da Operação Lava Jato,

emergiu o sentimento de que era preciso afastar nomeações políticas das estatais e, dessa forma, trazer mais transparência e pessoas tecnicamente qualificadas para ocupar os cargos

### ● Abrangência

A Lei das Estatais não se limita ao governo federal. Ela estabelece uma norma jurídica para a empresa pública em geral, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Além disso, um dos pontos centrais da lei prevê requisitos mínimos para a composição do conselho de administração e da diretoria das estatais

riscos de o Congresso mudar a lei para resolver o problema no curto prazo dos preços dos combustíveis.

A Lei das Estatais estabelece normas de governança corporativa e regras para compras, licitações e contratação de dirigentes por empresas públicas e sociedades de economia mista, caso da Petrobras.

Também impõe restrições para atuação de dirigentes partidários, ministros, secretários, sindicalistas e parlamentares, que não podem mais ser indicados para cargos de diretores e conselheiros das estatais. ●

PARA INTERVIR NA PETROBRAS, GOVERNO TEM DE ALTERAR QUATRO LEIS E ESTATUTO. PÁG. 62

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia e Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2